



**Leitura crítica
de um manifesto
feminista populista**

*Teresa Orozco Martínez
Martha Zapata Galindo*

Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro

resumo

No presente artigo, propomos uma leitura crítica do *Feminismo para os 99%* - um manifesto que, retomando o slogan do movimento Occupy, faz um chamado para construir uma aliança global entre os diversos feminismos das greves de 8 de março e das marchas contra Trump nos Estados Unidos. Interessa-nos discutir os caminhos que as autoras desse texto, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, propõem para criar um bloco hegemônico que possa enfrentar e transformar as políticas do capitalismo neoliberal. Ao mesmo tempo, queremos chamar atenção sobre os riscos implicados numa proposta política que articula um feminismo populista operando com antagonismos abstratos que reproduzem esquecimentos históricos e hierarquias epistêmicas entre o norte e o sul global e polarizam com os feminismos atuais.

Palavras-chave: feminismo dos 99%; neoliberalismo; anticapitalismo; antigenderismo.

abstract

*In this article we propose a critical reading of *Feminism for the 99%* - a manifesto, which, taking the slogan of the Occupy movement up, calls for a global alliance between the various feminisms of the march 8 strikes and the marches against Trump in the United States. We are interested in discussing the ways that the authors of this text, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya and Nancy Fraser, propose to create a hegemonic bloc able to confront and transform the policies of neoliberal capitalism. At the same time, we aim to draw attention to the risks involved in a political proposal that articulates a populist feminism operating with abstract antagonisms, which reproduce historical forgetfulness and epistemic hierarchies between North and South and polarize current feminisms.*

Keywords: Feminism for the 99%; neoliberalism; anti-capitalism; anti-genderism.

As novas mobilizações feministas (manifestações, marchas, greves) em diferentes países do mundo contra o feminicídio e outras formas de violência de gênero e a favor dos direitos reprodutivos das mulheres, que vêm se articulando desde 2015 na Argentina e em outros lugares da América Latina e da Europa, não só conseguiram congregiar um grande número de ativistas como também – e graças à sua difusão através das redes sociais – construir amplas frentes de protesto feminista local, nacional e transnacional, que incluem grupos muito heterogêneos com demandas políticas que vão bem além do que comumente se associa com as lutas dos movimentos feministas. Assim, a celebração do Dia da Mulher agora se transformou numa mobilização para a greve internacional para a qual convergem ativistas latino-americanas associadas ao coletivo argentino Nem Uma A Menos ou à Marcha Mundial das Mulheres, no

Brasil, ativistas da Marcha das Mulheres, nos Estados Unidos, e da Greve Internacional das Mulheres, na Europa, só para mencionar algumas delas. Dentro dessas mobilizações feministas destaca-se a greve do dia 8 de março de 2018, que conseguiu reunir mais de 5 milhões de participantes na Espanha (García et al., 2018, p. 39).

Sem dúvida alguma, depois de uma longa fase de fragmentações feministas e de lutas identitárias, fazer uma proposta para refundar um feminismo coletivo transnacional que seja integrador sem homogeneizar as diferenças e sem repetir os erros de tentativas anteriores é mais do que urgente. Como interpretar essas novas mobilizações feministas? Podemos falar de um feminismo globalizado que será a vanguarda que encabeçará uma aliança antissistêmica que permita transformar o capitalismo depredador atual? Partindo des-

TERESA OROZCO MARTÍNEZ e MARTHA ZAPATA GALINDO são professoras e pesquisadoras do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim (Alemanha).

sas perguntas, faremos uma leitura crítica do *Feminismo para os 99% - um manifesto*, publicado por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019), no qual promovem a formação de um “novo feminismo” que possa enfrentar as crises políticas e o vazio que se abre no momento em que o neoliberalismo, justamente por suas próprias e múltiplas crises, estaria perdendo sua hegemonia.

O impulso para a elaboração desse *Manifesto* surgiu no contexto das mobilizações para a Marcha Mundial, nos Estados Unidos, através do chamado feito por um grupo de acadêmicas, em fevereiro de 2017, para convidar a participar da greve internacional de mulheres, utilizando o lema “um feminismo para os 99%”¹. Um segundo chamado foi publicado também no *The Guardian*, em 2018. Ambos estavam dirigidos às mulheres dos Estados Unidos e convidavam não só para a luta contra a política de Trump como também para combater o capitalismo neoliberal, por deteriorar o nível de vida da maioria das pessoas nos últimos 30 anos. Em sua tentativa de impulsionar a internacionalização do protesto feminista, as autoras do *Manifesto* desenvolveram a ideia do Feminismo dos 99%, retomando o *slogan* do movimento Occupy, para construir uma aliança entre os diversos feminismos das greves de 8 de março e das marchas contra Trump, nos Estados Unidos. Em 2019, depois de ter sido publicado como um resumo na

revista *New Left Review* (n. 114, 2018)², o *Manifesto* foi publicado em 13 idiomas.

CARACTERÍSTICAS DO MANIFESTO

O *Feminismo para os 99%* se distingue de outros manifestos difundidos no âmbito dessas marchas e greves, que são publicados sem autoria ou com autorias coletivas. O primeiro ultrapassa os limites ao ser um texto que convoca, já que apresenta a leitura das autoras sobre a atual conjuntura e uma visão em torno das múltiplas crises e sua agudização. Diferentemente dos textos que convocaram as marchas feministas na Polônia, Espanha, Itália, Turquia, México, Argentina, Brasil, etc., que reúnem diagnósticos, análises e curtas petições, o *Manifesto* de Fraser, Arruzza e Bhattacharya, escrito em relação à marcha nos Estados Unidos e agora convertido em livro, aspira a ser uma referência teórica e prática sobre o conjunto desses movimentos oferecendo uma “narrativa mestra” que assume uma liderança sobre o rumo não só dos protestos feministas em tempos de “desorientação”, como também aspira a ser a vanguarda de um movimento que pudesse ser uma “fonte de esperança para a humanidade inteira” (M99%, 2019, pos. 221). Diante das dificuldades de criar espaços e discursos entre os feminismos regionais em vista de articular uma frente global, transnacional, que seja capaz de tornar visível um feminismo ao

1 Este chamado foi publicado na mídia (*The Guardian*, 6/2/2017) e foi assinado por Angela Davis, Barbara Ransby, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahtta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Rasmia Yousef Odeh e Tithi Bhattacharya.

2 Citaremos a versão publicada na *New Left Review*, em espanhol, da seguinte maneira: NMF, 2018, p. Quando nos remetemos à publicação do *Manifesto* como livro, referimo-nos à versão *Kindl* em espanhol, publicada pela Editora Herder, de Barcelona, e a citamos como: M99%, 2019, pos.

mesmo tempo diverso e compartilhado, essa iniciativa é, sem dúvida, valiosa.

Embora os textos convocatórios não cumpram as regras acadêmicas e não incluam um “estado da arte”, surpreende que grande parte das ideias expostas no *Feminismo para os 99% - um manifesto* retome debates dos feminismos internacionais desde os anos 1960 até os dias de hoje, sem ser explicitamente mencionados. É sintomático que no Epílogo sejam incluídas reflexões gerais sobre os outros feminismos que seguiram o mesmo caminho, sem chegar a especificá-los.

Além disso, dado que quando se fala das outras marchas e greves feministas suas metas sejam só parcialmente reconstruídas, vamos voltar a elas nos tópicos seguintes, já que nesse livro elas se imiscuem como legitimação do feminismo para os 99%. Ainda que se parta do respeito para com a heterogeneidade dos protestos, ao mesmo tempo se persegue a criação de uma meta de luta comum e, nesse sentido, as autoras – extrapolando sua própria experiência – fazem uso de um “nós” imaginário com funções de interpelação: “muitas de nós nos vemos obrigadas a trabalhar em múltiplos ‘empregos-lixo’, viajando longas distâncias utilizando meios de transporte caros, deteriorados e inseguros” (M99%, 2019, pos. 897). Isso se torna patente também quando as perspectivas das autoras se expressam pressupondo um consenso geral sobre as mesmas.

Devido à brevidade deste ensaio, não vamos analisar como se produzem essas passagens de um discurso particular a um discurso generalizante e universalizante; nós nos limitaremos a marcar as hierarquias epistêmicas que se criam e seus efeitos para a definição do projeto político que as auto-

ras perseguem e ao qual convidam para debater em forma de tese. Interessa-nos, no entanto, destacar as seguintes dimensões: a primeira focaliza os esquemas de interpretação que se oferecem sobre a conjuntura política, xs³ atores que são mencionadxs e as genealogias que se constroem. A segunda dimensão indaga o projeto político que esse feminismo populista anticapitalista oferece. Finalmente, formulamos reflexões críticas sobre a reprodução de hierarquias epistêmicas em tempos de polarizações e, por fim, outras que vão mais além do *Manifesto*.

DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA POLÍTICA E “O NOVO FEMINISMO”

Como parte integral da conjuntura política atual, o *Manifesto* nos apresenta um cenário bipolar no qual aparecem duas visões feministas antagônicas. Por um lado, temos um feminismo que atua como “servo do capitalismo” e fomenta a “dominação com igualdade de oportunidades” e, por outro, um feminismo que propõe “o fim da dominação capitalista e patriarcal” (NMF, 2018, p. 124). A figura emblemática que personifica a primeira visão é Sheryl Sandberg e sua interpretação da igualdade de oportunidades a partir da perspectiva elitista empresarial; a segunda visão é encarnada pelo movimento feminista internacional da greve internacional de 8 de março (8M).

Ambos os feminismos aparecem no cenário no contexto da crise histórica que atinge não só a política, a sociedade, a economia,

3 Em vez do asterisco inserido pelas autoras, optou-se pelo uso brasileiro (x) em todas as ocorrências ao longo do texto (N. da T.).

o meio-ambiente e em geral a totalidade de nossa existência. No centro dessas crises agudas as autoras do *Manifesto* identificam “uma crise hegemônica crescente, um vazio de liderança e organização, e uma sensação de que é preciso mudar alguma coisa” (NMF, 2018, p. 130). Este chamado se dirige à construção de um novo feminismo para os 99% que se articula como o novo sujeito histórico que poderá impulsionar a transformação social. É notório que a lógica populista que subjaz à construção desse antagonismo exige o desaparecimento de todos os feminismos que não poderiam ser colocados nessas posições.

As descrições do feminismo do 1% são, de acordo com o esquema populista, imprecisas, adquirindo nomes muito diversos, tais como feminismos “de umas poucas almas privilegiadas” (M99%, 2019, pos. 190), “feminismos das elites”, “feminismos gerenciais”, “feminismos *lean in*”, referindo-se especificamente a Sheryl Sandberg. Em uma longa frase, vinculam-se cinco descrições centrais: “[...] o feminismo das mulheres com poder: as gurus empresárias que predicam o *lean in*, as femocratas que pressionam o ajuste estrutural e o microcrédito no Sul Global e as políticas profissionais de blazer que recebem honorários de seis cifras para dar conferências em Wall Street” (M99%, 2019, pos. 190). A categoria que engloba todas essas características é a do “feminismo liberal”, que é fundido pelas autoras com os feminismos neoliberais e com os feminismos das elites do capitalismo financeirizado. Essa fusão discursiva é problemática, se recorrermos à história dos feminismos liberais e virmos que não se circunscrevem às elites, mas que também são compartilhados por

grandes segmentos da população, sobretudo quando se posicionam em defesa de princípios democráticos e do Estado de direito. Aqui encontramos muitas mulheres que não só serviram como “criadas dos interesses de sua classe”. Portanto, é urgente recordar e fazer distinções, já que a luta pela ampliação dos direitos das mulheres não teria sido pensável nem possível sem a participação de muitas mulheres que, de suas posições de poder, se solidarizaram com classes menos privilegiadas contribuindo para ampliar as margens de inclusão na cidadania, na educação, no acesso à saúde, no acesso aos recursos legais, na legalização do aborto, etc. Nessa grosseira estigmatização do “feminismo liberal” tampouco se distingue se os feminismos dos microcréditos e as práticas femocratas são, a princípio, orquestrados por bancos e Estados que se apropriaram dos feminismos, fazendo política pública para mulheres, empregando mulheres para isso, sem ser necessariamente feministas. Da mesma maneira, empregar migrantes para o serviço doméstico não é, de modo algum, uma distinção do 1%: “O feminismo liberal subcontrata a opressão” quando, para chegar a suas metas, apoia-se em “mulheres migrantes mal remuneradas” (M99%, 2019, pos. 190). Sem dúvida alguma, é preciso analisar os atuais processos de cooptação de lutas e programas feministas pelo capitalismo neoliberal que, como mostram as pesquisas de Angela McRobbie, não se restringem às elites, mas o que não se pode aceitar é fundir, sem diferenciação, o feminismo liberal com o financeirizado neoliberal. Nesse sentido, deram-se amplos debates sobre as políticas de transversalização de gênero que surgiram como medidas

para modificar as estruturas institucionais e se transformaram em tecnocracia simbólica, despolitizando sua intenção originária. Sabemos que as políticas sociais estatais criadas para mulheres têm muito de reprodução da matriz heterossexual e pouco de feminismo emancipador.

No entanto, tradições do feminismo liberal cuja história podemos localizar a partir da Revolução Francesa foram, junto a outras, pioneiras e, sim, abriram muitos “telhados de vidro” para que outras não tenham que limpar vidros quebrados, “telhados de vidro” que as autoras só conhecem para as cúpulas financeirizadas, mas que existem em todos os espaços onde não havia mulheres nem grupos LGBTQ+, nem participando nem representando. Essa crítica desconcerta ainda mais quando as autoras incluem valores nitidamente liberais como os direitos à igualdade e à liberdade como parte central do mundo que o feminismo dos 99% se propõe a construir (M99%, 2019, pos. 77). Argumentando a partir da história, os processos de neoliberalização não podem ser descritos como uma radicalização unidimensional do liberalismo, mas também como produto de sua destruição. No âmbito da demolição dos Estados de bem-estar, os feminismos neoliberais transformaram a luta do feminismo liberal contra as desigualdades de gênero estruturais, para transformá-las em um problema de caráter individual (Rottenberg, 2014, p. 420).

Observando isso, o surgimento do feminismo à Sandberg pode ser interpretado como a desarticulação mais avançada do feminismo liberal no âmbito de um projeto de digitalização imperialista, com raios de influência altamente transgressores a favor da mercantilização, securitização e controle

ideológico contra os direitos de igualdade e liberdade que até agora foram bastiões do liberalismo. A detalhada reconstrução que Rottenberg (2014, pp. 425-8) faz permite ver que o ato de apagar os limites entre liberalismo e neoliberalismo, como estratégia política, é não só altamente problemático como insustentável. Veremos que no mundo inteiro haverá feminismos semelhantes ao do 1%, mas a crítica feminista não pode, em altares populistas, estigmatizar os privilégios sem indagar o que se faz com eles:

“Nossas experiências se opõem ao pressuposto de que as mulheres só podem conseguir lucros econômicos se atuarem em cumplicidade com o patriarcado capitalista existente. Em todo o país, as feministas em altas posições sociais que apoiam uma visão revolucionária de mudança social compartilham recursos e usam seu poder para impulsionar reformas que melhorem a vida das mulheres independentemente de sua classe” (Hooks, 2017, p. 65).

Por ser um *Manifesto* que quer interpelar mulheres tanto do norte como do sul global, surpreende-nos a forma como se constroem as genealogias desse novo sujeito histórico e seu adversário. Enquanto, como vimos antes, o feminismo liberal aparece como um feminismo empresarial que reduz a igualdade de direitos “à ascensão das mulheres de elite aos altos cargos” (NMF, 2018, p. 125), as autoras elaboram uma genealogia do movimento feminista 8M a partir de um olhar do norte global altamente seletivo. Elas situam a origem desse movimento internacional na greve de outubro de 2016, na Polônia, em que as mulheres e as feministas saíram às ruas para manifestar contra a proibição do

aborto. Dali, sustenta o *Manifesto*, passou para a Argentina, onde o movimento Nem Uma a Menos organizou uma greve nacional para protestar pelo assassinato de Lucía Pérez, para continuar se expandindo pelo mundo até chegar a se institucionalizar na greve de 8 de março de 2017, articulando diferentes demandas no Dia Internacional da Mulher, que, segundo as autoras do *Manifesto*, conseguiram recuperar suas raízes históricas dentro dos feminismos socialistas e de trabalhadoras, ao mesmo tempo que começaram a unificar “mulheres separadas” (NMF, 2018, p. 126). O que caracteriza esta mobilização, segundo as autoras, é a forma pela qual redefine o conceito de trabalho para incluir outras atividades não remuneradas, como o trabalho social para reproduzir a vida, assim como seu potencial para “superar a oposição obstinada e divisória entre a ‘política identitária’ e a ‘política de classe’” (NMF, 2018, p. 126).

Um olhar a partir do sul global, como o da ativista argentina Verónica Gago, interpreta o caminho em direção ao movimento solidário 8M a partir de outras coordenadas, que contrastam com as visões que o *Manifesto* dá sobre esses movimentos, assim como sobre as metas em suas estratégias de luta. Gago mostra como o movimento grevista começa a ser gestado nas *maquiladoras*⁴ situadas na fronteira entre os Estados Unidos e o México, onde identifica os feminicídios, seguindo as análises

de Rita Segato (2013), como crimes políticos (Gago, 2018, p. 27). O caráter transnacional do feminicídio consiste em que este “produz uma forma de ressonância e implicação na composição de um corpo comum: uma política que faz do corpo de uma o corpo de todas” (Gago, 2018, p. 27) e com isso visibiliza como esses corpos são territórios de novas conquistas coloniais. Com base nisso, as argentinas do Nem Uma a Menos transformaram essa experiência em “um contrapoder frente à ofensiva feminicida que não é nada mais do que o modo como hoje se aninha no corpo das mulheres um cruzamento de violências” (Gago, 2018, p. 28). Para ela, a greve simbolizou o momento em que se politizou a violência contra as mulheres e serviu de ferramenta que posicionou as mulheres como sujeito político (Gago, 2018, p. 30). Consideramos que parte dos sucessos das epistemologias feministas foi questionar explicações de origens monocausais porque contradizem a complexidade das opressões. Nesses debates, insiste-se em que a especificidade da violência de gênero não pode ser compreendida sem se levar em conta dimensões que ultrapassam o surgimento do capitalismo e que se potencializam justamente por se ancorarem em estruturas de legitimação coloniais ancestrais, que fazem parte de uma trama de uso e abuso de poder patriarcal, classista e racista, sem privilegiar nenhuma dessas dimensões sobre as outras. Enquanto no *Manifesto* a violência de gênero prioriza, por razões populistas, o capitalismo atual – “longe de ser algo acidental, fundamenta-se na estrutura institucional básica da sociedade capitalista” (M99%, 2019, pos. 301) –, pode-se concluir que “fundamentar” a violência de gênero

4 São empresas que realizam a manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de um bem sem que sejam as fabricantes originais. Ou seja, são fábricas destinadas à transformação, elaboração ou reparo de mercadorias de procedência estrangeira cujo destino principal é a exportação para os Estados Unidos (N. da T.).

só no capitalismo implica um claro retrocesso. Em torno disso, é muito estranho que, quando se menciona a violência de gênero nas *maquiladoras*, sejam reportados os abusos sexuais, verbais e violações (M99%, 2019, pos. 429), mas as autoras não mencionem os milhares de feminicídios como casos de violência letal associados não só à violência laboral como a organizações criminosas em conluio com o Estado mexicano. Ambas são estruturas patriarcais não reduzíveis ao capitalismo, contra as quais os movimentos de vítimas e os movimentos feministas dirigem seu protesto.

Outro momento de amnésia histórica que está presente no *Manifesto* é que dentro de sua metanarrativa não aparece uma grande parte das mobilizações feministas e de mulheres do sul global, por exemplo, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que, desde 2000, já havia articulado demandas semelhantes às quais este *Manifesto* retoma, a saber, “tornar visível a articulação entre o capitalismo e o patriarcado – ou entre a luta contra a pobreza e suas causas e a violência para com as mulheres” (Marcha, 2009, p. 9). A MMM vincula movimentos de mulheres e feministas com os movimentos sociais do Fórum Social Mundial e teve uma grande ressonância não só no Brasil e outros países da América Latina como também na África, Ásia e Oceania. Ao contrário do que faz o *Manifesto*, que subsume as lutas específicas e locais sob o guarda-chuva da luta pelas greves anticapitalistas, os chamados da MMM se dirigem à construção de alianças inclusivas e denunciam as mobilizações que reproduzem hierarquias que “separam as lutas gerais das lutas específicas” (Marcha, 2009, p. 14). De forma muito clara, combatem as divisões hierárquicas:

“Em torno desta divisão estão todas as formas de interpretação hierárquica como, por exemplo, aquela que diz que as lutas gerais são mais importantes e que devem vir primeiro. Ou também que, quando as mulheres se concentram nas chamadas lutas específicas, dividem a luta geral e tiram sua força” (Marcha, 2009, p. 14).

Em contraste com essas posições da MMM, as genealogias construídas no *Manifesto* colocam o protesto contra a violência de gênero, a misoginia e os regimes religiosos reacionários, as mobilizações em defesa da diversidade sexual, afetada também pela violência letal, contra as políticas contra o aborto, contra os feminicídios e o sexismo cotidiano e sob o manto do protesto anticapitalista. Ainda que abram a estrutura a todos os movimentos pensáveis como radicais, estes são colocados como subalternos à luta anticapitalista.

DUAS METÁFORAS E UM PROJETO POLÍTICO

Junto à figura do antagonismo do feminismo para os 99% contra o feminismo do 1%, as autoras do *Manifesto* propõem como objetivo construir um novo bloco hegemônico através de uma aliança de grupos que inclua não só as feministas, como também “outros movimentos anticapitalistas do mundo todo”, como “os movimentos ecológicos, antirracistas, anti-imperialistas, LGBTQ+ e os sindicatos [...]” (NMF, 2018, p. 145), assim como a parte da classe trabalhadora que se encontra presa no bloco neoliberal, seja em sua vertente progressista ou reacionária.

Do lado do 1%, as autoras situam como primeiro adversário o populismo reacionário que agrupa uma parte da classe trabalhadora, assim como todos aqueles que defendem o militarismo e são “xenofóbicos e etnonacionalistas” (NMF, 2018, p. 145). E como segundo adversário, o neoliberalismo progressista das elites do feminismo *lean in*, das “antirracistas e anti-homofóbicas meritocráticas, as capitalistas verdes e partidárias da ‘diversidade da empresa’ e uma fração da classe trabalhadora que inclui a ‘massa menos privilegiada de mulheres imigrantes e de cor’” (NMF, 2018, p. 145).

Nós nos damos conta de que o *Manifesto* tem um problema de metáforas em colisão que perseguem duas lógicas diferentes: por um lado, a oposição antagônica entre dois feminismos em luta (99% *versus* 1%) e, por outro, a figura de um “guarda-chuva” anticapitalista que congrega este “novo feminismo”, as populações precarizadas e todos os movimentos radicais de esquerda, sob a condição de ser anticapitalistas. Mas essa ideia deixa em aberto qual seria o papel do movimento feminista nesta nova constelação (M99%, 2019, pos. 217-8). Também deixa em aberto a maneira pela qual se vai interpelar aqueles grupos que, dentro desses movimentos, não são anticapitalistas, ou aos que são antineoliberais, mas não anticapitalistas. Um exemplo seria o caso das feministas liberais, que podem ser ecologistas, antirracistas, anti-homofóbicas e anti-islamofóbicas, mas sob a lógica do antagonismo populista ficam de fora porque são as adversárias. Nesse sentido, a lógica de amigx/inimigx contradiz a lógica das alianças, sobre a qual se quer fundar esse projeto.

Cabe se perguntar aqui: por que só é possível pensar as alianças entre os movi-

mentos mas não alianças interclassistas entre mulheres? É preciso orquestrar uma interpretação polarizante que divida os feminismos e que se oponha à própria mobilização internacional pela greve que afirma o caráter de inclusão da luta? No chamado à greve das espanholas, publicado pela Comissão Feminista 8 de Março-Madri, para a mobilização da greve de 2019, se contradiz essa visão populista excludente a partir de uma visão interseccional:

“Sabemos que as possibilidades para participar da greve são diferentes para cada uma de nós, pois estamos atravessadas por desigualdades e precariedades que nos situam em lugares muito diversos [...]. Por isso a greve feminista é uma proposta aberta na qual todas podemos encontrar uma forma de participar” (*Manifesto Madri*, 2019).

Isso testemunha que a esmagadora sororidade praticada nas greves, diferentemente dos anos 70, só foi possível a partir do ato de reconhecer os abismos que às vezes nos separam e que isso não impediu o “contágio” feminista.

O *Manifesto* tenta concentrar discursivamente todo o capital simbólico que se produziu dentro dos movimentos contra o neoliberalismo, mas o que é que se quer combater aqui, o que é que se entende por capitalismo? Ao longo de todo o *Manifesto*, as autoras identificam o capitalismo como a causa de todos os tipos de opressão, e é por isso que retomam o debate feminista sobre a reprodução e declaram-se a favor do desenvolvimento de uma nova forma de organização social que consiga superar a relação entre “produção e reprodução, seu entrelaçamento entre ‘fazer benefícios’ e

‘fazer pessoas’, e a subordinação do segundo ao primeiro” (M99, 2019, pos. 958).

No centro desse projeto se encontra a reflexão em torno da importância do trabalho reprodutivo para a sociedade, para, a partir dali, propor uma alternativa. E não há dúvida de que esse debate teria a força de ser um ponto de luta interclassista se conseguisse se politizar a partir das esquerdas transnacionais, como propuseram a partir dos anos 1970 Silvia Federici, María Mies, Vandana Shiva e Frigga Haug, entre outras. No entanto, as autoras do *Manifesto* não conseguem concretizar nenhuma alternativa, motivo pelo qual fica em aberto se a partir dali se poderá realmente propor uma reorganização social verdadeiramente anticapitalista da reprodução. E, nesse sentido, é estranho que as visões que derivam do *Manifesto* ainda se movam no âmbito de uma economia capitalista: trata-se de colocar em primeiro plano a reprodução social da vida para que todas as pessoas possam combinar “as atividades sócio-reprodutivas com um trabalho seguro, bem remunerado e livre de assédios” (M99, 2019, pos. 935). A proposta da reorganização social não implica a destruição da forma de produção econômica capitalista, mas somente se refere à superação de suas contradições ecológicas, políticas e socio-reprodutivas (M99, 2019, pos. 767).

Refletindo sobre as condições materiais e políticas para a dissidência, fazemos a pergunta: o que significa estabelecer uma frente de luta contra o capitalismo? Frente a ela, constatamos a urgência e a dificuldade, já que resulta difícil pensar uma esfera da vida que não esteja impregnada por suas marcas. No norte global, as mulheres podem chegar a praticar um máximo de dissidên-

cia possível (dentro e fora das instituições) sem perder as fontes de trabalho, cuidando para não ir para a prisão, ou ser expulsas do país, ou assassinadas, mas, sim, assumir uma proposta anticapitalista radical na prática. Mas só uma parte das feministas se move em espaços protegidos por Estados de direito liberais, enquanto a grande maioria se move em espaços estatais vulneráveis, ditatoriais, fundamentalistas ou de aberta fascitização, o que não impede que, sob essas condições, desenvolvam formas de resistência pagando um preço muito alto.

Buscando visões sobre as formas de dissidência, vimos que o *Manifesto* faz um fervoroso chamado anticapitalista que, por fim, imiscui como *slogan* identitário, mas a partir de um espaço protegido, sem concretizar nada, além de convocar todos os movimentos que já protestam para se somar a ele. Sobre o caminho a seguir, nos surgem muitas perguntas: e para onde nos dirigimos? Vamos investir toda nossa energia em atacar os feminismos empresariais à Sandberg e em impedir candidaturas como a de Hilary Clinton? Ou iremos às raízes do capitalismo financeirizado e o combateremos como propôs o movimento Occupy? O que significa combater 1% das mulheres nos altos escalões? Todas elas são defensoras do capitalismo depredador? E o que fazer com Angela Merkel, a quem devemos tanto as políticas de austeridade contra a Grécia quanto a abertura temporária de fronteiras para refugiados? E para além do tema de classe, não poderíamos nos solidarizar com as mulheres dos altos escalões quando são vítimas de sexismo e violências sexualizadas? E ao mesmo tempo combater seus programas quando for necessário? Onde ficam as classes médias

que foram alvo da “virada para a direita”? Elas têm lugar nesse esquema antagônico ou só na medida em que estejam precarizadas? Também elas fazem parte dos 99%? Diante das violentas campanhas antigênero, precisamos demonizar feministas liberais quando também estão lutando em empresas, sindicatos, instituições, universidades, etc. pelos direitos dos 99% ou impedindo neoliberalizações ainda mais profundas?

POLARIZAÇÕES POPULISTAS E HIERARQUIAS EPISTÊMICAS

Um dos perigos que vemos na lógica antagônica do *Manifesto* consiste em que ele transporta um subtexto que possibilita que uma pluralidade de feminismos situados em espaços liberais seja estigmatizável como grupos que mantêm seus privilégios e não os arriscam pela “causa”. Ao estabelecer uma equivalência entre o feminismo gerencial neoliberal e os feminismos liberais, invisibiliza-se o fato de que estes são de bases muito mais antigas que o neoliberalismo e mais amplas por seus compromissos políticos; justo em momentos em que a direita e a extrema direita transformaram qualquer sujeito que se considere feminista ou que se vincule com políticas de gênero em uma “elite indesejável”, em objeto de ataque, de ameaça moral e de criminalização.

Esse subtexto do *Manifesto* pode potencializar os estereótipos, preconceitos e amnésias históricas sobre os feminismos em um amplo espectro, que vai desde considerar as feministas “mulheres privilegiadas” (M99%, 2019, pos. 185), “mulheres que só querem poder”, até de serem “impiedosas carreiristas”. No caso latino-americano,

o feminismo e, mais ainda, “gênero”, são considerados importações e infiltrações de universidades de elite que falam inglês ou francês, além de um atentado aos protecionismos patriarcais, “más intenções que transtornam as mulheres submissas”. Mas o mais importante é que para o senso comum esses significados (elites/povo, ricos/pobres, privilegiadxs/não privilegiadxs, perdedores/ganhadores) não têm um referente fixo, e sim adquirem significados flexíveis de acordo com os contextos. Essas qualidades discursivas são exploradas por todos os populismos. De tal maneira, que a percepção do que significa “privilégio” ou “feminismo” não se define de acordo com o anticapitalismo. Qualquer um pode ser privilegiadx frente a outrx, dependendo do caso. Nos sindicatos de empregadas domésticas, por exemplo, mulheres que não podem se sindicalizar consideram como “elite”, “privilegiadas” ou “carreiristas” as que são sindicalizadas.

Um bom exemplo de que a linguagem desse *Manifesto* dá margem para estigmatizar não só o feminismo liberal, mas o feminismo em sua totalidade é mostrado por um pequeno resumo que se encontra depois do Epílogo (versão em espanhol) e que é retomado pela plataforma Amazon para promover sua venda. Quando nós o lemos pela primeira vez, pensamos que a Amazon teria feito uma interpretação mal-intencionada. Nele se afirma sem nenhuma especificação que “o feminismo atual”, diante das crises social, econômica e ecológica, “difunde uma versão elitista e corporativa para projetar uma aparência emancipadora sobre um programa oligárquico e depredador: um feminismo apto apenas para a poderosa minoria bem de vida”

(M99%, 2019, pos. 1.015). Nessa descrição, o feminismo “atual” condensa a negatividade depredadora neoliberal e se imiscui como um singular devorador majestático, uma manobra que, graças à astúcia da história, converge com os ataques da direita e extrema direita “antigenerista”.

Por outro lado, é preciso levar em conta que há debates crescentes, dentro dos feminismos do sul, que estão aumentando na medida em que a memória histórica colonial e da opressão motiva as lutas por reconhecimento cultural e pelos direitos de coletivos que anteriormente não estavam presentes nos feminismos urbanos, como grupos com agência própria e como produtores de conhecimento a partir de territórios em luta. Isso leva a uma disputa, que está apenas começando, sobre os direitos de falar, liderar, de não ser representadas, de escolher as formas de organização e de protesto, de ter presença e direitos próprios. Mas como essa luta poderia funcionar sem a reclamação pelos privilégios e as profundas desigualdades ancestrais das quais milhões de mulheres privilegiadas tiveram vantagem? Todos estes são temas de uma agenda feminista atual, que não podem ser elaborados em esquemas de polarização porque, como diz Rita Segato, não basta que o feminismo seja anticapitalista, ele tem que ser antipatriarcal, antirracista e anticolonial sem reduzir uns a outro (ver Segato, 2019).

Sem contar outras fases dos feminismos na América Latina, há mais de 20 anos que se congregaram coletivos que mantêm um feminismo anticapitalista, antipatriarcal, antirracista e anticolonial e que sustentam essas lutas compartilhadas incluindo resistência, desobediência e insubordinação, frequentemente em condições de alta repressão

política. Sua capacidade de convocação é cada vez maior, mas não chega ao espaço internacional com a força que deveria e não receberam o reconhecimento, a justiça e representação necessários. Esses movimentos produziram saberes e práticas anticapitalistas muito valiosos e, nem sempre, mas muitos deles estão em diálogo com os feminismos ativistas acadêmicos. Na medida em que o *Manifesto* é escrito como uma visão de futuro, é altamente problemático o *status* outorgado aos movimentos do sul, já que na “narrativa mestra” são colocados como exemplo empírico do capitalismo devastador e onde seriam aprendizes subalternos desse novo feminismo, negando seu papel de sujeito epistêmico e pioneiro na criação de saberes sobre as crises neoliberais a partir das lutas locais: respeito ao capital financeirizado, ao extrativismo, aos endividamentos massivos e ao combate contra a violência de gênero. Nesse sentido, um dos problemas mais graves do *Manifesto* é que suas autoras, a partir de uma posição populista, selecionam as bases que elas consideram ideais do movimento e assumem que podem representar o subalterno quando falam de incorporar ao bloco hegemônico os grupos de precarizados ou despossuídos, ignorando a crítica dos feminismos pós-coloniais.

Ainda que nas tradições dos feminismos anticapitalistas, socialistas, marxistas, mas também das sociais-democracias liberais, tenha-se promovido uma consciência reflexiva sobre os privilégios, questionando as hierarquias e as meritocracias em perspectiva de sua abolição, não foi suficiente, ainda há muito por aprender. Em todas essas zonas em construção, são necessários espaços para o diálogo e para

o silêncio, para podermos nos escutar e defender o direito à diferença (sobretudo as diferenças coloniais, territoriais, geracionais) sem nos homogeneizarmos como agentes, mas reconhecendo as lutas que teriam que ocorrer juntas, a partir de nossa perspectiva: as anticapitalistas, as antipatriarcais e também aquelas contra a dominação (no interior dos coletivos, no nosso caso, dos próprios feminismos e das esquerdas), as três são igualmente relevantes. Apesar da imensa conectividade digital, os processos de criação de pontes duradouras e de verdadeiras aprendizagens feministas coletivas em nível transnacional mal começaram.

Neste período de agudização da crise neoliberal, estamos sendo organizados em blocos antagônicos que não são aqueles com os quais Antonio Gramsci sonhava como condição da revolução cultural comunista, que acabariam por romper com o individualismo radical capitalista. As atuais polarizações são o fundamento de uma guerra civil molecular, de balcanizações das diferenças culturais, políticas e sociais, parte essencial dos projetos de contrainsurgência da direita e da extrema direita. Nesse sentido, o chamado a um feminismo dos 99% é relevante, desde que

rechacemos esse corselete populista sob a lógica do amigx/inimigx e recuperemos a perspectiva que as marchas articulam na Argentina, no Brasil e na Espanha – só para citar algumas –, onde se interpela e se inclui TODAS sem ignorar as diferenças e politizando-as em esquemas mais produtivos do que os populistas.

Repensando as condições estruturais da reprodução capitalista, consideramos, por fim, prioritário orientar nossa luta contra as redes obscurantistas do capital multinacional e suas organizações religiosas, culturais e políticas que espalham sua força econômica para coordenar a investida “antigênero”, ao fazê-la brotar entre os mais diversos atores e coletivos com frequência “sem nome” (Datta, 2018). Essa campanha que orquestra uma guerra cultural genuinamente globalizada não pôde ser identificada como tal, mas foi, desgraçadamente, lida como emergente de contextos e conjunturas nacionais notoriamente diversos. Os métodos de ação altamente diversificados desses grupos se orientam para promover utopias da extrema direita e do neofascismo, aprofundando antigas brechas sociais e ganhando o coração e os afetos de maiorias, contando com um apoio feminino interclassista considerável.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminism for the 99% - A Manifesto*. Verso, 2019.
- _____. *Manifiesto de un feminismo para el 99%*. Herder, 2019.
- BEYOND LEAN-IN: For a Feminism of the 99% and a Militant International Strike on March 8, 3.2.2017. Disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2017/02/03/beyond-lean-in-for-a-feminism-of-the-99-and-a-militant-international-strike-on-march-8/>. Acesso em: 2/6/2019.
- BUTLER, Judith. "Heterosexualität ist ein Phantasiebild", in *Philosophie Magazin*, H.1/13, trad. Michael Ebemeyer. Disponível em: <https://philomag.de/heterosexualitaet-ist-ein-fantasiebild/>. Acesso em: 2/6/2019.
- DATTA, Neil. *Restauring Europe. Restoring the Natural Order. An Agenda for Europe. The religious extremist's vision to mobilize European Societies against human rights on sexuality and reproduction*. Bruxelas, 2018.
- EMEJULO, Akwugo. "Feminism for the 99% towards a populist feminism. Can feminism for the 99% succeed as a new kind of populism Soundings", in *A Journal of Politics and Culture*, vol. 66, 2017, pp. 63-7.
- GAGO, Verónica. "#NosotrasParamos. Notizen zu einer politischen Theorie es feministischen Streiks", in *8M Der große feministische Streik. Konstellationen des 8. März*. Wien/Linz/Berlin/Londres/Malaga/Zurich, Transversal Texts, 2018, pp. 25-42.
- GARCÍA, Beatriz; ALABAO, Núria; PÉREZ, Marisa. "Huelga feminista en España", in *New Left Review*. Segunda Época, nr. 110, Mayo-Junio, 2018, pp. 39-42.
- HOOKS, Bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2017.
- LLAGUNO, Tatiana. "Emancipatory movements must have a populist dimension. An Interview with Nancy Fraser", in *Political Critique*, Septiembre 7, 2017 Disponível em: <http://politicalcritique.org/opinion/2017/emancipatory-movements-must-have-a-populist-dimension-an-interview-with-nancy-fraser>. Acesso em: 9/6/2019.
- MANIFIESTO Comisión Feminista 8 de Marzo Madrid. #HaciaLaHuelgaFeminista2019. Disponível em: <http://hacialahuelgafeminista.org/wp-content/uploads/2019/03/Manifiesto-8M-2019.pdf>. Acesso em: 9/6/2019.
- MARCHA Mundial de las Mujeres 1998-2008. Una década de lucha internacional feminista. Parte I: La identidad colectiva y global de la Marcha. 2009. Disponível em: <http://www.marchemondiale.org/publications/libro1998-2008/es/>. Acesso em: 9/6/2019.
- NI UNA MENOS: Llamamiento al Paro Internacional de Mujeres del 8 de marzo del 2017. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/manifiestos/llamamiento-al-paro-internacional-de-mujeres-8-de-marzo-2017>. Acesso em: 2/6/2019.
- ROTTENBERG, Catherine. "The Rise of Neoliberal Feminism", in *Cultural Studies* 28:3, pp. 418-37.
- SEGATO, Rita. *Die Kraft des Ungehorsams. Rede zur Eröffnung der Buchmesse in Buenos Aires*. Berlin/Frankfurt, Rosa-Luxemburg-Stiftung, 2019.

WE NEED A FEMINISM FOR THE 99%. "That's why women will strike this year", in *The Guardian*, 27/1/2018. Signed by Linda Martín Alcoff, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Rosa Clemente, Angela Davies, Zillah Eisenstein, Liza Featherstone, Nancy Fraser, Barbara Smith, Keeanga-Yamahtta Taylor.

WOMEN OF AMERICA. "We are going on Strike. Join us so Trump will see our power", in *The Guardian*, 6/22/2017. Signed by Linda Martín Alcoff, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Rosa Clemente, Angela Davies, Zillah Eisenstein, Liza Featherstone, Nancy Fraser, Barbara Smith, Keeanga-Yamahtta Taylor.